

# Executiva do PMDB não terá os governadores

Os governadores não vão mais participar da reunião da executiva nacional do PMDB, que vai avaliar, na próxima quarta-feira, o documento "Democracia e Desenvolvimento" do presidente Sarney. A informação foi dada ontem pelo presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Nos últimos dias, Ulysses Guimarães conversou com todos os governadores e concluiu que eles estão dispostos a lutar pela unidade e pelo fortalecimento do PMDB. Só não vão comparecer à reunião, segundo Ulysses, por entenderem que a executiva é o órgão oficial para definições partidárias. A sua decisão — de apoio ou não ao documento de Sarney — será acertada pelos governadores, que devem se reunir "no momento oportuno", observou Ulysses.

Outro motivo para a ausência dos governadores, pelas explicações do presidente do PMDB, é a rapidez com que a executiva deve se reunir para definir os rumos partidários. Na terça-feira, Ulysses Guimarães vai ouvir os coordenadores de bancadas.

"Ontem o presidente do PMDB reuniu alguns coordenadores de bancadas, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique e diversos parlamentares de vários grupos peemedebistas para um almoço em sua residência.

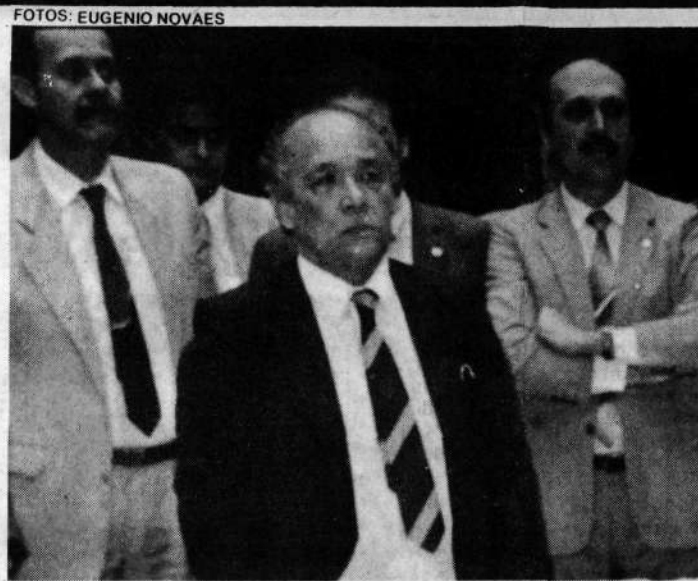
"Uma opinião geral, ao final do encontro, é de que uma reforma ministerial e administrativa agora, antes de uma definição oficial do PMDB sobre o docu-

mento de Sarney, é improvável. Ulysses Guimarães não quis falar sobre o assunto, com o argumento de sempre — não tem informações oficiais e nunca fala sobre hipóteses —, mas o líder Luiz Henrique foi taxativo: "O presidente Sarney disse que precisa de respaldo, portanto ele não poderia fazer nada arbitrariamente, sem ouvir o PMDB".

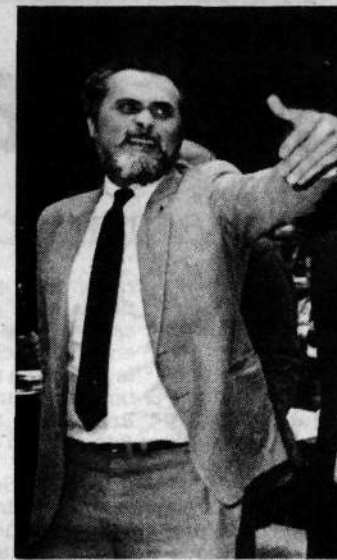
"Não há entendimento sem o PMDB. Quem vai apoiar o governo, o PDS, o PTB?", perguntou Luiz Henrique, ao tentar explicar a "falta de lógica" de uma reforma ministerial imediata. O senador Humberto Lucena concordou, e reafirmou a disposição de vários grupos partidários pela unidade interna.

A coleta de assinaturas individuais de apoio ao documento "Democracia e Desenvolvimento" foi mais uma vez indelicadamente criticada por Ulysses Guimarães. Ele lembrou que a executiva é a única que pode responder oficialmente pelo partido e que posições individuais são da responsabilidade de cada um.

Uma hipótese aventada durante o almoço na residência oficial da presidência da Câmara é a de apoio ao documento com algumas alterações. O senador Humberto Lucena chegou a falar em "emendas" ao documento, hipótese não confirmada por Ulysses, que, como reconheceu peemedebistas mais próximos a ele, está preferindo "ficar na moita" até a reunião da executiva, quando terá aval oficial para uma definição do partido.



Brandão assistiu, desanimado, sua emenda cair por terra



Genoio também discutiu



Lula se irritou com a decisão da Mesa da Sistematização

# Jornada de 40 horas não passa

Depois de muita briga, Comissão aprovou as 44 horas semanais

A jornada semanal de 40 horas — uma das principais reivindicações dos representantes dos trabalhadores na Constituinte — foi derrotada ontem na Comissão de Sistematização por 51 votos a 40. Agora, só resta aos defensores das 40 horas recorrer ao plenário da Constituinte. Lá eles terão que reunir 200 votos para aprovar a proposta, o que praticamente descarta qualquer possibilidade de modificação no texto.

A jornada semanal acabou fixada em 44 horas semanais, com a aprovação da emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP), por 66 a 23 votos. Essa aprovação impediu a votação de emenda do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que diminuía a jornada semanal para 42 horas.

Ramos pediu preferência para a sua proposição, mas ela foi negada pelo plenário. A Mesa entendeu, então, que a emenda de Paulo Ramos se tratava de matéria semelhante à da emenda de Righi e por isso não poderia ser apreciada após a aprovação das 44 horas.

Esta interpretação baseou-se na "Consolidação das Normas Regimentais", documento firmado entre as lideranças dos partidos para regular as votações na Sistematização. O regulamento diz que só pode ser votada emenda de conteúdo semelhante ao de outra rejeitada.

A recusa da Mesa de colocar em votação a emenda que fixa-

va a jornada em 42 horas provocou o mais violento bate-boca já acontecido na Sistematização desde que o substitutivo começou a ser votado.

O tumulto se iniciou quando o deputado Paulo Ramos, acusou o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, de estar manobrando para evitar a votação de sua proposta. "Peço ao assessor aí ao lado que não torça a verdade. Isso se chama conspiração aricular", disse Ramos.

O relator Bernardo Cabral e o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) saíram imediatamente em defesa de Paulo Afonso. Arinos ordenou à taquígrafia que retirasse dos anais as acusações ao secretário-geral e disse que não consentiria que creditassem a ele "maquinações imorais".

Este foi apenas o início de uma longa discussão em que as declarações de apoio a Paulo Afonso se alternaram com o repúdio ao entendimento da Mesa. O bate-boca culminou com um rispido diálogo entre Afonso Arinos e o deputado Lula (PT/SP), em que este declarou que a partir daquele instante acabava o respeito existente entre as lideranças.

O deputado José Geonino (PT/SP) lembrou que na reunião de cúpulas onde se fixaram as normas regimentais Lula havia levantado a questão específica da jornada de trabalho e obteve a garantia de que a aprovação de uma emenda so-

## EMENDA BRANDÃO MONTEIRO

Rejeitadas as 40 horas

### SIM

- PMDB
  - Abigail Feitosa
  - Ademir Andrade
  - Almir Gabriel
  - Carlos Mosconi
  - Cristina Tavares
  - Fernando Lyra
  - Francisco Pinto
  - Haroldo Sabóia
  - João Herrmann Neto
  - José Paulo Bisol
  - José Ulysses de Oliveira
  - Mário Lima
  - Nelson Carneiro
  - Nelson Friedrich
  - Oswaldo Lima Filho
  - Paulo Ramos
  - Rodrigues Palma
  - Sigmaringa Seixas
  - Aécio Neves
  - Antônio Mariz
  - João Natal
  - Miro Teixeira
  - Nelson Wedekin
  - Octávio Elisio

- Rose de Freitas
- Uldorico Pinto
- Vicente Bogo
- Vilson Souza
- PFL
  - Afonso Arinos
- PDT
  - Brandão Monteiro
  - Lysâneas Maciel
  - Bocayuva Cunha
- PTB
  - Francisco Rossi
  - Gastone Righi
  - Joaquim Beviláqua
- PT
  - Luiz Inácio Lula da Silva
  - Plínio Sampaio
- PC do B
  - Haroldo Lima
  - PCB
  - Augusto Carvalho
- PSB
  - Jamil Haddad

### NÃO

- PMDB
  - Aluízio Campos
  - Artur da Távola
  - Bernardo Cabral
  - Carlos Sant'Anna
  - Celson Dourado
  - Egídio Ferreira Lima
  - Fernando Bezerra Coelho
  - Fernando Henrique Cardoso
  - João Calmon
  - José Richa
  - José Serra
  - Nelson Jobim
  - Pimenta da Veiga
  - Prisco Viana
  - Renato Vianna
  - Virgíldio de Senna
  - Albano Franco
  - Euclides Scalco
  - Israel Pinheiro
  - Marcos Lima
  - Roberto Brandt
- PFL
  - Alceni Guerra
  - Mendes Thame

- Arnaldo Prieto
- Carlos Chiarelli
- Edme Tavares
- Eraldo Tinoco
- Inocência Oliveira
- José Jorge
- José Lins
- José Santana de Vasconcelos
- Thomaz Nonó
- Luiz Eduardo
- Oswaldo Coelho
- Mário Assad
- Paulo Pimentel
- Ricardo Flúza
- Sandra Cavalcanti
- Jonas Pinheiro
- José Lourenço
- Mazarello Cavalcanti
- Paes Landim
- Ricardo Izar
- PDS
  - Konder Reis
  - Darcy Pozza
  - Jarbas Passarinho
  - José Luiz Maia
  - Virgílio Távora
  - Bonifácio de Andrada
- PL
  - Adolfo Oliveira

## MUP condena o programa

O presidente Sarney atropelou a transição para a democracia e descumpru os acordos da Aliança Democrática com um projeto personalista em torno de seu próprio mandato. Esta e outras acusações estão contidas num documento divulgado ontem pelo Movimento Unidade Progressista (MUP) do PMDB. Em tom irritado, o texto do MUP convoca as forças e partidos progressistas a, "através de atitudes firmes" (não especificadas) impedir a desnacionalização da economia e o retrocesso institucional que Sarney estaria pregando desde seu pronunciamento na TV, na última quarta-feira.

"Este documento é uma primeira reação das forças progressistas do partido à clara tendência ao retrocesso professada pelo Presidente com a apresentação de um documento que nega os princípios programáticos fundamentais do PMDB", afirma o deputado Nelson Friedrich (SC). "Em seguida nós vamos, dentro do partido, buscar alianças com setores que podem de fato exercer uma posição consciente ao governo Sarney", acrescentou.

O deputado catarinense disse ainda que é falsa a afirmativa do Presidente quando colocou que não houve apoio do partido para suas realizações, especialmente o Plano Cruzado. "Nunca faltou apoio do PMDB às mensagens do Executivo". Para o MUP, a resposta do Presidente, divulgada a partir de seu pronunciamento e do documento enviado ao Congresso, é "exigir a rendição incondicional do partido às suas vontades". O Presidente, ainda segundo o documento, "mistura queixas pessoais com razões de Estado e busca justificativas para o delirado desconhecimento da vontade popular expressa nas urnas em 1986".

O documento do MUP acusa ainda Sarney de submeter o

Pais à tutela militar, destinando as Forças Armadas "à exclusiva manutenção da ordem interna". Para os progressistas, é "impatriótica" a proposta do Presidente, de combinar a implantação de plataformas de exportação com conversão dos juros da dívida externa e privatização das empresas estatais brasileiras. Outra queixa do MUP é a total indiferença de Sarney à Constituinte — "Ela sequer foi citada pelo Presidente no documento".

### SILENCIO

No Senado, não houve reação visível dos peemedebistas ao pronunciamento de Sarney ou ao documento enviado ao Congresso pelo Palácio do Planalto. O líder Fernando Henrique Cardoso se limitou a repetir as palavras que, desde a última reunião de bancada no Senado, na semana passada, vem dizendo. "Nenhuma atitude sobre o governo será colocada de público individualmente". Todas as manifestações, se elas acontecerem, deverão ser articuladas a partir da liderança ou do presidente Ulysses Guimarães. Segundo assessores do senador, a melhor atitude, para Fernando Henrique, é ignorar, na medida do possível, o documento do Presidente. O silêncio, neste caso, seria a melhor resposta a Sarney.

A atitude do MUP, de lançar um documento-resposta ao Presidente seria neste caso, uma estratégia caolha. O racha do PMDB não interessa nem a Sarney nem ao próprio partido. Indiferente, o MUP não só está lançando o seu desabafo por escrito, como pretende, no futuro, alimentar a discórdia com as adesões de outras alas do PMDB, que mesmo não completamente afinadas com as bases do movimento poderiam prestar apoio episódico ao MUP, ou seja, contra Sarney e suas pretensões.

## Milton Reis pede união

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), defendeu ontem, em almoço na residência oficial do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, a união do partido em torno do presidente Sarney. "Atualmente, ele é nosso presidente de honra", sustentou o parlamentar mineiro.

"Segundo Milton Reis, ao encaminhar aos presidentes do

PMDB e do PFL o texto do seu documento-compromisso, o presidente Sarney estava admitindo contribuições que viessem aperfeiçoá-lo. Ele disse, ainda, ter sugerido ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, que procurasse o presidente Sarney para uma conversa, ressaltando a necessidade de se concluir a transição democrática.

## Magalhães recolhe assinaturas no PFL

Durante almoço com cerca de 35 deputados do PFL, PMDB, PTB e PDS, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, cobrou apoio do documento-compromisso proposto pelo presidente José Sarney. "Agora é a hora do Presidente governar com os amigos. Aqueles que não querem participar do governo devem passar para a oposição", explicou o Ministro aos parlamentares. A maioria dos deputados presentes assinou telegrama endereçado ao presidente José Sarney, comprometendo-se a sustentar as teses defendidas pelo Palácio do Planalto.

Segundo o deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), o telegrama enviado ao Presidente contou com as assinaturas de pelo menos 70 parlamentares. Explicou o pefelista algoano que essas assinaturas foram obtidas em 24 horas. O deputado José Santana (PFL-MG) confirmou ter assinado o telegrama e argumentou: "Temos que jogar menos para a plateia e mais para o governo". Compareceram ao almoço 12 dos 14 integrantes da bancada baiana do PFL, sobre a qual Antônio Carlos tem

amplo controle e, entre outros, os parlamentares de outras bancadas federais nas quais tem influência. O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), vice-líder na Câmara, compareceu à reunião, bem como o deputado Ottomar de Souza Pinto (PTB-RR) e os pedessistas José Luis Maia (PI) e Francisco Diógenes (AC).

Antônio Carlos teve o cuidado de evitar convidar parlamentares do PFL ligados aos outros ministros do partido ou ao presidente da Frente Liberal, senador Marco Maciel (PE). O ministro do Interior, João Alves, se incumbiu da tarefa de coletar as assinaturas dos pefelistas sergipanos. Por sua vez, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, já combinou com vários deputados aurelianosistas da Frente Liberal, reunião na próxima terça-feira.

O Ministro das Comunicações ressaltou durante conversa com os parlamentares a necessidade de apoio ao governo e criticou os "parlamentares" que estão "tumultuando". Segundo ele, "muitos que fingem ser oposição são os maiores beneficiados no governo".

## Egydio: trabalhadores vão conquistar

A jornada de trabalho semanal dos brasileiros é maior que a da Argentina, México, Paraguai e Peru (40 horas), Noruega, Alemanha Ocidental, França e Espanha (de 33h24 a 39h12). Se esta jornada fosse reduzida para 40 horas semanais, a força de trabalho no País aumentaria em 16 por cento, o que é um fator indispensável ao realocamento da economia brasileira.

Logo depois, o deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB/PE) traduzia o pensamento da liderança peemedebista, dizendo que "este não é o melhor caminho". Ele antecipava, desde a

metade da tarde, os resultados da reunião: "O limite não deve ser estabelecido em 40 horas semanais. Ele não pode ser superior a 44 horas, o que não quer dizer que queremos uma jornada fixada neste número. Mas o trabalhador será capaz de conquistar, com sua luta, o período ideal, mesmo que fixemos o máximo de 44 horas de trabalho por semana".

## Votação aumenta divisões entre peemedebistas

A liderança do PMDB na Constituinte, exercida internamente pelo deputado Euclides Scalco (PR), foi alvo ontem de uma nova onda de acusações por parte dos integrantes do MUP (Movimento de Unidade Progressista). Na tentativa de formalizar um acordo para a aprovação da redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, Scalco viu-se obrigado a comandar a votação contra a emenda que propunha as 40 horas semanais. Formalizada durante reunião pela manhã na liderança, o trato foi desfeito durante apreciação da matéria, debaixo de uma troca de acusações do deputado Paulo Ramos contra o líder Scalco.

A votação da jornada de trabalho demonstrou, mais uma vez, a dificuldade que o PMDB está enfrentando dentro de suas fileiras para cumprir, em plenário, os acordos costurados nos gabinetes dos parlamentares. Na questão da jornada de 44 horas, a dissidência dos peemedebistas por pouco não obteve a aprovação da jornada de 40 horas semanais, o que provocaria uma reação imediata dos representantes do empresariado.

## Comissão garante o 13º aos aposentados

O trabalhador não poderá ter sua remuneração ou vencimento reduzidos, a não ser que convenção ou acordo coletivo determinem isso; todos terão direito a um salário fixo, em hipótese alguma inferior ao mínimo, independente de remuneração variável, como comissões e gratificações; o décimo terceiro passará a se chamar gratificação natalina e será dado nos mesmos moldes atuais, ou seja, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano. Os aposentados também terão direito a recebê-lo. São garantias aprovadas ontem de manhã pela Comissão de Sistematização, durante sessão no plenário da Câmara, e que modificam a redação dos incisos V, VI e VII do artigo 6º do substitutivo em votação. Foram mantidos os textos relativos aos incisos VIII e IX, que tratam do salário noturno e da participação de empregados nos lucros e na gestão das empresas.

## BRIGA

O momento mais quente da sessão, entretanto, aconteceria em seguida. O deputado Inocência de Oliveira (PFL/PE) defendeu emenda que determinaria a obrigatoriedade de remuneração "nunca menos que 50% superior" para quem trabalha à noite. Ao subir à tribuna para falar contra a emenda, o deputado José Tomás Nonó (PFL/AL), usou de ironia, classificando-a de demagógica. Ele propôs que a fixação de percentual de pagamento extra para trabalhos noturnos deva ser feita pela legislação ordinária.

## Arinos joga o leite na mesa

O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, sempre que assume a presidência da Mesa deixa sua marca. Ontem à tarde, depois de tentar acalmar os ânimos do PMDB, dividido em uma discussão em torno da questão da jornada de trabalho, ele conseguiu dar um "banho" de leite no secretário-geral Paulo Afonso Martins.

O "velho presidente", como se autodenomina, estava na verdade distraído, lembrando aos constituintes da Sistematização como ficou alterado o significado de uma questão de ordem, hoje levantada em qualquer situação dentro de uma sessão. Depois, teve que pedir um tempo para pôr ordem na Mesa, onde seu copo de leite foi derramado, molhando não só Paulo Afonso, como sua cópia do substitutivo.

Arinos não se abalou com este episódio, nem com a recusa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que não quis assumir a presidência da Sistematização. O Senador anunciou: "Vou, agora, ceder provisoriamente a presidência ao Dr. Ulysses". Logo depois exclamou: "Ele recusa"!

Foi uma sessão sem muita polêmica. Inicialmente marcada para as 9h, só houve quorum às 9h50, quando o presidente em exercício, deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ) pôs em votação os nove destaques relativos ao inciso V, sendo um rejeitado, seis retirados, um prejudicado e um — de autoria do deputado Luiz Inácio Lula da Silva, aprovado. O líder do PT propôs que se deixasse apenas "na mão dos sindicatos e associações" o poder de negociar ou não a redução de salários, em determinadas condições. "Se incluirmos a possibilidade de redução pelo que a lei dispuser, poderemos trazer prejuízos aos trabalhadores", ponderou o deputado Antônio Britto (PMDB/RS), ao defender a aprovação da emenda. Com parecer favorável do relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral, os constituintes aprovaram por unanimidade a modificação.

No inciso seguinte também houve mudança. Por iniciativa do senador Fernando Henrique Cardoso, ficou garantido aos trabalhadores o salário mínimo, independente de gratificações e comissões. A diferença entre o texto aprovado e o proposto pelo relator no substitutivo, segundo o deputado José Serra (PMDB/SP), é que o primeiro estimula a produtividade, pois o trabalhador ganhará mais se trabalhar. Pelo texto passado o empregado só ganhará gratificações a partir do mo-

## EMENDA GASTONE RIGHI

Aprovadas as 44 horas

### SIM

- PMDB
  - Almir Gabriel
  - Artur da Távola
  - Bernardo Cabral
  - Carlos Mosconi
  - Carlos Sant'Anna
  - Celson Dourado
  - Egydio Ferreira Lima
  - Fernando Bezerra Coelho
  - Fernando Henrique Cardoso
  - Fernando Lyra
  - João Calmon
  - João Herrmann Neto
  - José Serra
  - José Ulysses de Oliveira
  - Mário Lima
  - Nelson Carneiro
  - Nelson Jobim
  - Nilson Gibson
  - Pimenta da Veiga
  - Prisco Viana
  - Renato Vianna
  - Rodrigues Palma
  - Virgíldio de Senna
  - Albano Franco
  - Antônio Mariz
  - Euclides Scalco
  - Israel Pinheiro
  - João Agripino
  - José Costa
  - Miro Teixeira
  - Nelson Wedekin
  - Octávio Elisio
  - Roberto Brandt
- PFL
  - Alceni Guerra
  - Mendes Thame
  - Arnaldo Prieto
  - Edme Tavares
  - Eraldo Tinoco
  - Inocência Oliveira
  - José Jorge
  - José Lins
  - José S. de Vasconcelos
  - José Thomaz Nonó
  - Luiz Eduardo
  - Mário Assad



Gastone (E) venceu

- Osvaldo Coelho
- Paulo Pimentel
- Virgíldio de Senna
- Sandra Cavalcanti
- Hugo Napoleão
- Jonas Pinheiro
- José Lourenço
- José Tinoco
- Mazarello Cavalcanti
- Paes Landim
- PDS
  - Konder Reis
  - Darcy Pozza
  - Jarbas Passarinho
  - José Luiz Maia
  - Virgílio Távora
  - Bonifácio de Andrada
- PTB
  - Francisco Rossi
  - Gastone Righi
  - Joaquim Belliváqua
- PL
  - Adolfo Oliveira
  - PDC
  - José Maria Eymael

### NÃO

- PMDB
  - Abigail Feitosa
  - Ademir Andrade
  - Cristina Tavares
  - Francisco Pinto
  - Haroldo Sabóia
  - José Paulo Bisol
  - Nelson Friedrich
  - Oswaldo Lima Filho
  - Paulo Ramos
  - Sigmaringa Seixas
  - João Natal

- Rose de Freitas
- Uldorico Pinto
- Vicente Bogo
- Vilson Souza
- PFL
  - Afonso Arinos
- PDT
  - Brandão Monteiro
  - Bocayuva Cunha
- PT
  - Luiz Inácio Lula da Silva
  - Plínio Sampaio
- PC do B
  - Haroldo Lima
  - PCB
  - Augusto Carvalho